

O *De Disciplina Christiana* de D. Frei Marcos de Lisboa. Considerações em torno de uma obra esquecida.

1. Surpreendentemente, esta obra – *De Disciplina Christiana Libri Quinque* – não foi assinalada na *Bibliotheca Hispana* de Nicolau António, nem na *Bibliotheca Lusitana* do Abade de Sever, a tal facto se ficando talvez a dever, em boa parte, o facto de nunca ter sido convenientemente estudada. Efectivamente, tirando uma pequena referência feita pelo Padre F. Félix Lopes¹, apenas conhecemos as oito páginas que lhe consagrou o Padre Mário Martins, pioneiramente procurando romper «um longo silêncio secular»²...

Pela nossa parte, certamente, continuaríamos plácida e indefinidamente ignorando-a por completo, se não fora o alerta e o desafio do Prof. Doutor José Adriano Moreira de Freitas Carvalho, especialista e benemérito de longa data dos estudos franciscanos, que nos desafiou a que a conhecessemos e dessemos a conhecer. Para tal efeito, com o generoso rasgo habitual, emprestou-nos uma sua reprodução, devidamente encadernada, em fotocópias feitas sobre o microfilm do manuscrito, que se guarda na Biblioteca Nacional de Lisboa³. Cedendo à proposta feita, embora muito reconhecidos e buscando a utilidade comum, não poderemos todavia deixar de lamentar a perda - para todos - de esta obra não ser antes apresentada pelo proprietário da referida reprodução. Indo mais fundo e mais largo na leitura da obra, nas suas linhas e entrelinhas, outra riqueza e variedade de perspectivas sobressairiam... Mas, afinal, recolhendo apontamentos críticos, as achegas e o contributo de boa vontade de todos os que aqui se encontram, poderá atenuar-se o fundamento das nossas reservas.

1 F. Félix LOPES. «*Marcos de Lisboa (D. Frei)*», in Verbo, Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura, Vol. 12, col. 1494.

2 Mário MARTINS *Fr. Marcos de Lisboa e a Formação Universitária*, in *Brotéria*, 41 (1945), 74-81.

3- B. N. L., Fundo Geral, Ms. 4564. Incorporado, por doação, em 1868.

2. Frei Marcos de Lisboa ou de Betânia (Lisboa, 1511 - Porto, 13.9.1591), além das *Crônicas da Ordem dos Frades Menores*, traduziu obras de formação espiritual⁴, e, visando sempre o mesmo «bom fruto» das «almas», compôs o *De Disciplina Christiana*, obra sua original, que se conservou em manuscrito até aos dias de hoje.

A análise deste último tratado, ou de qualquer obra de Marcos de Lisboa, transportar-nos-á, necessariamente, às circunstâncias biográficas deste bem sucedido filho de S. Francisco, que o espectro da pobreza familiar e a orfandade de pai, falecido no Extremo-Oriente, atiraram para a vida religiosa. No convento recoleto de Santa Cristina, da Província de Portugal, onde professou, e no Colégio de S. Boaventura, em Coimbra, onde estudou teologia, deu tão boa conta de si, que Frei André da Ínsua, quando geral da Ordem Franciscana (1547-1553), o escolheu para cronista geral da mesma, cargo que o levaria a «discorrer» por Espanha, França, Alemanha e Itália. Diogo Barbosa Machado di-lo «eminente» na teologia e «muito perito na língua latina», além de «douto na Grega e Hebraica»⁵. Descontado certo exagero encomiástico, habitual, ainda assim, a obra de Frei Marcos aí está, dando abundante testemunho da sua erudição e piedade. Ao facto de ter demonstrado ser bom e sólido teólogo – e pregador –, religioso exemplar e prudente prelado, dentro da sua ordem, se terá devido a sua nomeação para bispo de Miranda (sem execução) e, depois, para bispo do Porto⁶.

4 Sem contarmos com as numerosas traduções inseridas nas *Crônicas*, lembremos nomeadamente: *Livro insigne das Flores e Perfeições das vidas dos gloriosos Sanctos do Velho e Novo Testamento, te quasi nossos tempos* [de Marcos Marulo Spalatense], Lisboa, Francisco Correia, 1579; *Exercícios e muy devota meditação da Vida e Paixão de N. S. Jesu Christo* [de João Tauler, O. P.], Lisboa, João Blavio, 1562 (com outras eds. de Viseu, Manuel João, 1571, e Coimbra, António de Mariz, 1571). Em 1562, foram publicadas, juntamente com esta obra, as seguintes traduções: *Tractado do Seraphico Doctor S. Boaventura chamado Da perfeição da vida; Tractado do mesmo Sancto chamado Arvore da Vida, que contem os principaes mysterios da vida de nosso Redemptor; Forma Breve para ensino dos Noviços na Religiam e Breve ABC spiritual do mesmo Sancto*.

5 *Bibliotheca Lusitana*, t. III, 408.

6 A julgar por uma interessantíssima anedota quinhentista – a reler –, terá sido decisiva a forma como, abonando as qualidades de Frei Marcos de Lisboa, D. Jorge de Ataíde, capelão-mor de Filipe II, condicionou a escolha deste monarca, desviando-o de apresentar no bispado – entretanto vago – do Porto um outro religioso franciscano, guardião do convento de Santa Cita, da província de Portugal. Tendo passado para a reformada província de Santo António, e dela tendo sido o seu segundo provincial, no fim desse provincialato, recolhera-se Frei Marcos ao sossego do conventinho de Santa Catarina da Carnota, onde o haveria de surpreender a nomeação do rei. Por ser Frei Marcos religioso «muito virtuozo e grave, que fora ja Provincial de sua Provincia», segundo garantira o capelão-mor, «podia Sua Magestade seguramente apresentar nelle [o bispado do Porto], porque tinha partes para o poder governar, e que tinha ja compostas e impressas as *Chronicas de sua Religião*» – *Anedotas portuguezas e memórias biográficas da corte quinhentista*, Leitura, introdução e notas por Christopher C. LUND, Coimbra, 1980, 157.

O *De Disciplina Christiana Libri Quinque* constitui justamente um preito de homenagem prestado por Frei Marcos à Universidade de Coimbra, onde estudou. Ao abrir o manuscrito, lemos logo: *De Disciplina Christiana / Libri Quinque / Ad Portugalliae universitatem Coimbricensem florentissimam / Per Fr. Marcum minoritam, Episcopum Portugallensis concinnati*. Confessando-se grato por quanto àquela «ilustríssima» Universidade ficara devendo, particularmente pelas belas letras que lá aprendera⁷, este filho de S. Francisco presta-se a apresentar um plano-síntese prospectivo daquilo que, no seu entendimento, deveria ser o ideal e escopo da formação universitária.

3. Antes de entrarmos, especificamente, na consideração do *De Disciplina Christiana*, convém que descrevamos o manuscrito que lhe serve de suporte. Reunidas num só volume, ao longo de 92 folhas de texto numeradas, de 29 x 19,3cm, em boa letra de finais de quinhentos, o que verdadeiramente se nos apresenta são duas obras inéditas de Frei Marcos de Lisboa: *De Disciplina Christiana Libri Quinque e Animi vere contriti per septem Psalmos, quos poenitentiales vocant, ad Deum supplex et affectuosa precatio, singulis diebus ebdomada attributa et partita*. Esta segunda obra vem anunciada na fl. 77 do manuscrito, na qual se diz expressamente – *Per Fratrem Marcum, episcopum portugallensis, in utilitatem christianam elaborata* –, *precisando-se: Cum licentia supremae mensae Sanctae Inquisitionis*.

Na verdade, desde o início se percebe que houve intenção de editar estas duas obras em conjunto, pois ao abrir o manuscrito, o censor inquisitorial, Frei Bartolomeu Ferreira, na sua «censura», lembrando que no fim do *De Disciplina* foi acrescentada a segunda obra, aprova desde logo as duas, considerando deverem ser impressas para utilidade de muitos, especialmente pessoas espirituais⁸. Antecipando um nosso juízo, fundamentado no conteúdo das duas obras, quer-nos parecer que não foi uma reunião casual: a segunda obra complementa, como coroamento natural, o *De Disciplina*.

7 «Quum nõ modo divina lege, Amplissime Rector [D. Nuno de Noronha], verum etiam insita nobis ratione Deo, parentibus et magistris digne retribuere minime possimus, eo magis erga ipsos gratitudinis animum ostendere tenemur, quo minus in solvendo sumus debito. Quare cum mihi saepius veniret in mentem huic illustrissima Universitati, a qua bonas literas didici quantum deberem, ac proinde gratitudinis aliquod opus ei offerre optarem, tandem huic grata voluntati Deus Opt. Max. anuere dignatus est.» – Da dedicatória, fl. ii.

8 «De mandato illustriss. ac R.mi D.ni Archiepi Ulissiponeñ., inquisitoris gnalis... examinavi hoc opus cuius titulus est De disciplina christiana libri quinque qui operi addita est in fine animi vere contriti... precatio, per illustrissimum ac R.mum D.num Fratrem Marcum epum portugallen. in quibus operibus nihil deprehendi quod catholicae romane Ecclesiae fideique sinceritate repugnet, immo utiles fore iudico, ut typis in multorum utilitate, maxime virorum spiritualium, excudantur: omnia enim sapiunt hominem pium et doctum, / Frater Bartholomeus ferreira – fl. i.

Evidentemente que este volume nos aparece como uma flor ainda - talvez tardia e *sui generis* - do humanismo da época e do cultivo das belas letras a que se refere Frei Marcos.

Não tem mistério a opção pelo latim. No caso da segunda obra deste volume, implicando largas e sistemáticas transcrições do texto dos salmos, cumpre lembrar que a terceira regra do *Index Librorum Prohibitorum* tridentino, publicado por autoridade de Pio IV, relativa aos livros da Bíblia, estipulara que as «trasladações» do Velho Testamento apenas se poderiam conceder a «varões doutos e pios», com licença especial do ordinário diocesano, e, de acordo com a quarta regra, ficara interdita, como se sabe, a leitura da Sagrada Escritura «em linguagem»⁹. Mas, para além disso e acima de tudo, trata-se aqui de dois opúsculos com um destinatário bem determinado: a comunidade académica e, sobretudo, os estudantes da Universidade de Coimbra, gente cujas ideias o autor queria influenciar directamente, e que, à partida, pela sua formação de base, se pressupunha capaz de usar suficientemente o latim, como língua de cultura, de expressão europeia e transnacional.

Claro que não entraremos na questão, ensaiada pelo Padre Mário Martins, de saber se, como latinista, o seu autor está ou não «muito abaixo» dos grandes humanistas de quinhentos, de apurar se a frase «lhe sai natural», ou até, se ele «pensava em português e traduzia, mentalmente, para latim»... Foram estas opiniões - certamente provisórias - emitidas por alguém paradoxalmente reconhecendo que, «neste século alheio a línguas mortas», o latim em que estão escritas as duas obras, nos põe «a um milénio de distância» delas¹⁰... Pela nossa parte, muito franca e simplesmente, não nos sentimos com competência específica para esse tipo de distinções...

4. O que é certo é que estando este volume, a 11 de Maio de 1582, - na aparência - completamente pronto para impressão, com as licenças

⁹ *Índices dos livros proibidos em Portugal no Século XVI*, apresentação e introdução por Artur Moreira de Sá, Lisboa, 1983, 370-372, 457-458 e 466-468.

¹⁰ Mário MARTINS (S. J.), *art. cit.*, 75.

¹¹ De facto, num regímen de censura tripartida, para além das do Santo Ofício, não vemos qualquer referência às licenças do ordinário e às do paço. Ora, nesta mesma data e anteriores, por vezes no rosto das obras, poderemos topar com a declaração de licenças da Inquisição e do ordinário. Sabe-se também que, por alvará de D. Sebastião, de 4 de Dezembro de 1576, foi determinado que se não imprimissem livros sem licença do Desembargo do Paço, mesmo que tivessem sido vistos e aprovados pela Inquisição. À época, há variantes de praxe e não é forçoso esperar que saíssem estampadas essas duas últimas. Frei Marcos, de resto, passara a ser - ele próprio - o ordinário diocesano do Porto, embora se pudesse esperar, no caso dele, uma licença da sua ordem, sobretudo tendo sido a conclusão da obra anterior à nomeação episcopal, e vindo desse momento, plausivelmente, o início do processo de liceciamento da respectiva impressão. Note-se no entanto, que aqui, a letra da autorização de impressão, efectivamente figurando no manuscrito,

julgadas necessárias, nunca viu a luz do prelo¹¹. Não se sabe – e é intrigante – o porquê desse facto¹², tanto mais que – expressamente – o autor manifesta esperança no seu bom fruto, uma vez fosse impresso e passasse a ser manuseado pelos estudantes de Coimbra¹³. À data da licença dos deputados do Conselho Geral do Santo Ofício, já Frei Marcos de Lisboa era bispo do Porto, diocese em que entrara cerca de um mês antes. Por isso, de harmonia com a realidade, não admira que o autor seja nomeado nessa sua nova dignidade prelatícia. Há-de reparar-se todavia que, na dedicatória, dirigida a D. Nuno de Noronha, reitor da Universidade, aos doutores, «caeterisque bonarum artium et scientiarum candidatis», o autor se apresenta como «Frater Marcus Ulissiponensis Minorita», identificação à qual, num inciso, noutra linha, foi acrescentado: «episcopus portugallensis». Como facilmente se percebe, os dois opúsculos, e mesmo esta dedicatória, estariam já escritos quando Marcos de Lisboa era ainda um simples frade menor, até porque, tendo sido eleito bispo do Porto em 1581, quando Filipe II jornadeou pelo nosso país, por ocasião da celebração das Cortes de Tomar, e tendo sido sagrado em 21 de Janeiro de 1582 e feito a sua entrada solene na diocese em 8 de Abril, Domingo de Ramos do mesmo ano, não é crível que em tão curto espaço de tempo, fosse encontrar disponibilidade para compor este volume, conseguindo outrossim dotá-lo das referidas licenças...

Pelos seus conteúdos – adiantemo-lo já – este volume, se não foi perturbante para os referidos responsáveis do Santo Ofício, nem por isso deixaria de suscitar algumas reservas – em pleno século XX, na pena de um consagrado crítico – quanto ao aspecto «demasiado idealista», «pouco pedagógico» e pouco prático de algumas tomadas de posição do autor af expressas, nomeadamente no tocante ao amor puro de Deus¹⁴...

permite depreender o termo final do processo de licenciamento: «Vista a enformaçam [de Frei Bartolomeu Ferreira], podese imprimir, e tornara a esta mesa hum dos livros novamente impressos cõ o original, pera se cõferir cõ elle. Em lisboa 11 de Mayo de 1582. / Manoel de Coadros. Paulo afonso. Jorge serrão [ministros do Conselho Geral do Santo Ofício]». Segundo o normal procedimento, «em vista» destas licenças, e secundando-as o Desembargo do Paço, uma vez impresso o livro, a não haver qualquer privilégio especial, este tornaria a esta última Mesa, para conferência e taxação, e só depois «correria».

12 Não havendo razões ideológico-doutriniais (uma vez que a obra averbou a aprovação do Conselho Geral do Santo Ofício), nem económicas, quaisquer outras motivações humanas e políticas, talvez de pequena política eclesiástica, nos escapam hoje por completo. O teor da anedota biográfica supra-referida autoriza-nos a colocar, com razoável grau de suspeição, a seguinte questão: em momento tão sensível da vida nacional, terá a escolha final de Filipe II do novo bispo do Porto desencadeado em alguns superiores hierárquicos de Marcos de Lisboa, preteridos nas suas aspirações, sentimentos de surda oposição e ressentimento?

13 «Denique cum ex hoc christianae disciplinae opusculo nihil nisi Dei gloria quaeratur, et animorum probitas, et puritas, qua solius divinae charitatis opera, consequi potest, pro coperto habeo, te nobilissimum Rectorem, doctissimos magistros, omnem diligentiam, et operam adhibitorum, ut typis cudatur, omniumque studentium manibus habiatur, ut (...)» – Dedicatória, fl. iv.

14 Mário MARTINS (S. J.), *art. cit.*, 78.

5. Os cinco livros *De Disciplina Christiana* pretendem constituir obra de «divina filosofia» dirigida à comunidade universitária, a bem da plenitude de formação e felicidade dos seus escolares.

Logo na dedicatória, topicamente exprimindo o desejo de, apesar da sua natural indignidade e pobreza, ser útil, Marcos de Lisboa considera que, naquela fase da vida em que os jovens alegremente se davam às «disciplinas humanas», nada seria mais importante do que contribuir para lhes propiciar alguma «disciplina cristã».

Apesar de obra expressamente destinada tanto a «regulares» como a «seculares», a terminologia usada parece mais ajustada a um destinatário constituído exclusivamente por noviços ou professos de alguma regra, implicitamente denotando a assunção da vida religiosa como o paradigma da vida cristã. Com efeito, como imediatamente se percebe, *philosophia* é termo empregue aqui na linha de uma longa e consagrada tradição, vinda da patrística e da idade média monástica, designando o discernimento prático do valor das coisas, uma sabedoria vivida, postulando a renúncia às vaidades deste mundo e a imitação de Cristo¹⁵. Com uma história semântica muito próxima e similar, o termo *disciplina* supõe o sentido de pedagogia¹⁶. *Disciplina christiana* indica, naturalmente, a maneira de bem se conduzir, de acordo com Cristo, mas, mais do que isso, todo um projecto de formação e ensino, centrado no conhecimento e na experiência teologal do Divino Mestre.

Segundo Marcos de Lisboa, verificava-se com frequência, lamentavelmente, que durante os seus estudos, na prática, os alunos se deixavam fascinar por bens caducos e temporais, esquecendo a «verdadeira sabedoria» capaz de os conduzir ao Sumo Bem. Recorrendo a palavras de Séneca, o nosso frade põe em confronto a incapacidade de felicitação desses bens e a felicidade plena e duradoura, alcançável pela «divina *philosophia*»¹⁷. Irresistivelmente, somos levados a pensar em algumas

15 Cristo é – naturalmente – sempre apresentado como o nosso mestre e como o «mestre dos mestres», e os cristãos – e os estudantes, neste caso – são convidados à humildade não dos filósofos, mas de Cristo (cf. v. g. Livro II, fls. 27 e 28).

16 J. LECLERCQ, *Initiation aux auteurs monastiques du Moyen Age*. Paris, 1957, 99-101

17 «Quae vera sapientia, non tam in verbis, ut praeclare ait Seneca, quam in factis est. Ad quam si totam mentem, actionemque convertas ingens intervallum erit intente, caeterosque homines, proprius enim Deo accedes, id est sumo bono. Ad tantum autem bonum solam divina philosophia tutum praeberit iter, et jucundum; non pecunia, non praetexta, nec fama, nec servorum turba, nec vires, nec forma, quia nihil horum est quod non potius in interitum pergat. Quid ergo te divinum faciet, certe animus rectus et magnus, quem tibi vera philosophia praestat. Habent enim nihil praeclarior homines, quam Deum in animo recto, sapientemque hospitatum, Haec Seneca». A repetida citação deste filósofo, na dedicatória, inscreve-se certamente na vaga de senecismo à época de Frei Marcos experimentada na Península Ibérica (Pedro SAINZ RODRÍGUEZ, *Introducción a la Historia de la Literatura Mística en España*, Madrid, 1984, 175-178).

passagens dos diálogos *da verdadeira filosofia, da discreta ignorância, e dos verdadeiros e falsos bens*, inseridos na afortunada *Imagem da Vida Cristã*, de Frei Heitor Pinto (O.S.H.), obra cronológica e ideologicamente próxima desta. Tal como para o caso da *Imagem*, da autoria do erudito monge hieronimita, ficou oportuna e convenientemente sublinhada, tratava-se – mais uma vez, também aqui – de colocar as letras «ao serviço não de uma cultura autónoma e válida por si mesma, mas ao serviço da conversão e do amor de Deus»¹⁸. Os cinco livros de Frei Marcos de Lisboa propunham-se justamente constituir um pequeno instrumento útil contra os perigos difusos de mundanização ou secularização dos estudos, propondo o seu recentramento num activo dinamismo pessoal de conhecimento amoroso de Deus¹⁹.

Ai do governo das letras e da universidade, se se esquecer o temor de Deus, «que é início da verdadeira sabedoria», considera Frei Marcos de Lisboa na sua dedicatória. Portanto, «para que evitemos tão numerosos males, não somente no presente, mas no futuro e na eternidade», deve curar-se antes de tudo – declara o nosso autor – «que sejamos alimentados com o leite da divina sabedoria e que sejam lançados bem fundo nas nossas almas os fundamentos da fé e do amor de Deus, assim como os elementos da divina lei, dos quais possamos fazer permanente uso»²⁰. E acrescenta: «Não seja de nós que se lamente Deus. Se eu, diz o Senhor, sou o vosso pai, onde está o meu amor? Se eu sou o vosso Senhor, onde está o meu temor?». Enfatizada por Frei Marcos, a conclusão impunha-se, de forma óbvia: «Deus exige-nos em tudo verdade, fé e amor inteiro»²¹...

6. Em conformidade com estes princípios, Frei Marcos apresenta os cinco livros que constituem o opúsculo *De Disciplina Christiana*: no

18 José Adriano de Freitas CARVALHO, *Erudição e espiritualidade no século XVI em Portugal. Nôuda a propósito da Imagem da Vida Cristã, de Fr. Heitor Pinto, O.S.H.*, in AA. VV., *O Humanismo Português (1500-1600)*, Academia das Ciências de Lisboa, 1988, 655-656. A este propósito, do mesmo autor, impõe-se ler *Le christianisme humaniste dans les dialogues de Fr. Heitor Pinto*, in AA. VV., *L'Humanisme Portugais et L'Europe*, Paris, 1984, 161-177, e a «*Ars Orandi*» de Fr. Heitor Pinto e as raízes culturais da *Imagem da Vida Cristã*, in *Humanística e Teologia*, t. V (1984), fasc. 3, 291-318.

19 «Cum itaque animadverterem quam plures esse qui non Deum unicum sumumque bonum non animi virtutis, non denique vera, solidaque bona, sed varia et temporaria quaerunt et praetendunt; consequenterque vera internaque bona parvipendunt, cum bonis disciplinis ipsi operam dent; ingemiscens, cordisque dolore percussus, tantum damnum eiusmodi adolescentibus in mentem reducere curavi, et paucis modicisque libris christianam disciplinam et philosophiae veritatem, ordinem praestantiam sanctitatem coram proponere ac describere studium» – fl. ii-v.^o

20 «Quare, ut tot, tantaque mala, non solum instantia, sed et futura aeternaque evadamus, curandum est imprimis ut divina sapientia lacte nutriamur, atque in animis nostris fidei dilectionisque Dei altum jaciatur fundamenta et veluti legis divina elementa, quibus indesinenter utamur» – fl. iii.

21 «Ne de nobis dominus conqueratur, si ego, inquit, sum pater vester, ubi est amor meus? Si ego dominus, ubi est timor meus? Veritatem itaque fidem, dilectionem integram in omnibus requirit a nobis Deus» – fl. iii.

primeiro, propõe-se tratar da felicidade do homem, fundada no amor de Deus e do próximo; no segundo, das virtudes; no terceiro, Frei Marcos quer apresentar «regras» e «documentos», reunidos por piôs escritores, a serem usados pelos leitores, a fim de atingirem o objectivo comum do perfeito amor de Deus; no quarto, oferece alguns auxílios para que as almas não desanimem no árduo caminho das virtudes; no quinto, finalmente, oferece pensamentos extraídos dos filósofos e «preclaros escritores», como estímulo a que os jovens ergam mais alto o seu espírito.

É significativo que, respondendo à questão «*Quae sit hominis beatitudo*», o primeiro opúsculo abra com extensas citações do primeiro livro dos Salmos do «régio profeta» David. Com base na Sagrada Escritura, dando expressão a uma antropologia de claras ressonâncias agostinianas²², fica bem definido em que consiste o «escopo» da vida do homem sobre a Terra: ser imensamente feliz, desde já e por toda a eternidade, junto de Deus, amando-O e servindo-O²³. A caridade, «fim de toda a lei», e o «amor puro» de Deus²⁴ são tónicas fundamentais deste opúsculo, todo ele dirigido à conversão interior, à imitação de Cristo²⁵ e à contemplação. Não admira nada, pois, que o volume comece e acabe por culminar com um regresso ao Saltério, neste caso na proposta de afectuosa recitação dos chamados salmos penitenciais, distribuídos pelos sete dias da semana... Com efeito, como é manifesto, os cinco livros *De Disciplina Christiana* estão repletos de exclamações amorosas e orações viscerais – por vezes muito belas –, visando estimular a compunção e a devoção²⁶.

Propondo uma espiritualidade para universitários, onde coexistiam religiosos e leigos, fiel à tradição bonaventuriana, Frei Marcos apresenta reiteradamente a contemplação divina como objectivo não vedado a ninguém²⁷, embora lembrando que «na casa do Pai há muitas moradas»²⁸. Retomando

22 Em vários momentos se sente latente a célebre reflexão do santo Bispo Hiponense, exarada no Livro I, Cap. I, das suas *Confissões*: «Fecisti nos ad Te et inquietum est cor nostrum, donec requiescat in Te».

23 Na linha tradicional dos ensinamentos patrísticos, inculca-se que todo aquele que louva e dá glória a Deus, participa, de certa maneira, de modo finito e limitado, da beleza e sabedoria divinas. O grau dessa participação dependeria, evidentemente, do esforço ascético, da maior ou menor libertação interior de todos os «falsos ídolos» a que cada um presta mais ou menos inconscientemente culto... (cf. v.g. *Dedicatória*, fl. iv).

24 Logo no Livro Primeiro, fl. 6, adverte Frei Marcos que «Pura charitas Deo debetur», explicitando: «non praecipue propter beneficia nobis ab eo exhibita vel exhibenda, sed propter se ipsum, qui sumè amabilis est, illum diligere convenit».

25 Sobre o conhecimento próprio, necessidade de penitência e «*exemplum Christi domini imitandum*», cf. L. 2.º, fls. 18-22.

26 Cf. v. g. L. 4.º, fls. 45, 51 e 53.

27 Antonio BLASUCCI, *Contemplazione e santità in S. Bonaventura*, in *Atti del Congresso Internazionale per il VII Centenario di San Bonaventura da Bagnoregio* (a cura di A. POMPEI), Vol. III, Roma, 1976, 361-386.

28 Cf. v. g. L. 2.º, fl. 24 e L. 4.º, fl. 50.

um tipo de discurso valorizador da dignidade do homem, corrente em meios claustrais e de humanismo devoto²⁹, Marcos de Lisboa apresenta mesmo a contemplação como o fim para que todo o homem nasceu³⁰.

Como é sabido, na esteira dos ensinamentos de um S. Bernardo, havia muito que o interesse pela mística fora saindo dos claustros para ser também aspiração normal dos meios devotos³¹; depois de metodizada pela «devotio moderna», a oração mental tendia a tornar-se, no século XVI, prática extensiva aos leigos piedosos, beneficiando do esforço com que, desde o século anterior, como eixo de uma anelada reforma, os partidários do *recogimiento* vinham pugnando pela sua interiorização e universalização³². Tal como outrora os teólogos renano-flamengos, apresentando a união mística como ponto de chegada da vida interior³³, no tempo e espaço português de Frei Marcos não faltava quem – mesmo aos não religiosos – apresentasse por «alvo» da vida a contemplação dos «altos mistérios» de Deus³⁴. Além da *Imagem da Vida Cristã*, de Heitor Pinto, como exemplos, podemos simplesmente lembrar os casos da *Voz do Amado*, de D. Hilarião Brandão³⁵, ou o *Desengano de Perdidos*, de D. Gaspar de Leão³⁶. Qualquer pessoa, «por mais simples e sem letras que fosse», poderia dar-se aos exercícios da vida contemplativa, sustentara ainda entre nós, no seu *Norte de Idiotas*, o

29 José Adriano de Freitas CARVALHO, *A «Ars Orandi» de Fr. Heitor Pinto e as raízes culturais da Imagem da Vida Cristã*, art. cit., 306-307.

30 «Homo videtur ad Dei contemplationem natus esse, quod et forma corporis indicat, et mens ipsa divinarum compos et particeps, quae semper vigilat, nunquam quiescit, cognitione, meditationeque divinarum, humanarumque rerum alitur; futura prudenti quadam conjectura assequitur, et ex divina illa participatione nonnunquam praesagire videtur: et ea saepe numero invenit, quae à nullo unquam didicit; adeò ut clare judicare possimus mentem nostram divinam habere originem. Quo circa qui Deum ignorat, se ipsum profecto nescit» – L. 5.º, fl. 68.

31 Albert DEBLAERE, *La littérature mystique au moyen âge*, in *Dictionnaire de Spiritualité Ascétique et Mystique* (dir. de Charles BAUMGARTNER, S.J., e M. OLPHE-GALLIARD, S. J), t. X, fasc. LXVIII-LXIX, col. 1904.

32 José Adriano de CARVALHO, *Francisco de Sousa Tavares*, in AA.VV., *Amologia de Espirituais Portugueses*, Lisboa, 1994, 210.

33 Alain de LIBERA, *La mystique rhénane, d'Albert le Grand à Maître Eckhart*, Paris, 1994, 41-46.

34 José Adriano de Freitas CARVALHO, *A «Ars Orandi» de Fr. Heitor Pinto e as raízes culturais da Imagem da Vida Cristã*, art. cit., 308-309.

35 Hilarião BRANDÃO, *Voz do Amado*, Introdução e Notas de Maria de Lurdes Correia FERNANDES, Lisboa, 1993, particularmente 10-28; ver também Jorge A. OSÓRIO, *Hilarião Brandão*, in *Antologia de Espirituais Portugueses* cit., 327-331.

36 Gaspar de LEÃO, *Desengano de Perdidos*, Edição e Introdução de Eugénio ASENSIO, Coimbra, 1958, 263-315; ver ainda Maria de Lurdes BELCHIOR, *Gaspar de Leão*, in *Amologia de Espirituais Portugueses* cit., 260-262 e 286-287.

Doutor Francisco de Monzón³⁷. E todavia, no prólogo desta obra, Monzón referia-se a livros «que tratavam de doutrina spiritual» e que não convinham a «estos miserables tiempos», e, nos *Avisos Spirituales*, aludia expressamente a vários tratados seus de espiritualidade, «los quales, por la miseria de los tiempos peligrosos», não saíam então a lume³⁸. Como ninguém ignora, o fantasma alumbradista suscitava então no espaço ibérico forte reacção de defesa ortodoxa, de teor intelectualista, escolástico e anti-místico, de que dá testemunho o progressivo endurecimento restritivo de sucessivos *Índices de Livros Proibidos*. Em consequência desses difíceis tempos, obras de espiritualidade havia que não saíam do manuscrito, e outras, até aí aprovadas, de indiscutível beleza e ortodoxia, como o *Desengano de Perdidos*, do bispo de Goa, que passavam a ser proibidas³⁹. Em face deste quadro, preveria Frei Marcos que a proposta de espiritualidade lançada à mocidade académica e ínsita neste volume pudesse suscitar objecções? Poder-se-iam temer declamações contra “excessos” de capucha, como havia anos se estranhara o arrebatamento dos primeiros escolares conimbricenses, entusiasticamente dados aos *Exercícios Espirituais* da Companhia⁴⁰? No texto da dedicatória da obra poderemos encontrar talvez importantes elementos de resposta às nossas interrogações:

«Mas, o quê, dirás, convém dissertar a homens doutos e estudantes das ciências acerca da perfeição do amor de Deus, sobre o exercício das mais altas virtudes, bem como da forma e arte de comportamento do perfeito cristão? Convém propor esta divina filosofia aos que totalmente se aplicaram às humanas disciplinas? O quê, estas coisas conduzem sem a devida prudência à idade em que estão os adolescentes? De que modo, por fim, grandes e ilustres varões, de preclaríssimas ciências decorados e elevados a grandes honras, hão-de emprestar os seus ouvidos humilde e docilmente? É totalmente indigno que estas coisas sejam pensadas ou ditas pelo homem cristão. Que há na verdade mais ilustre e mais preclaro do que conhecer Deus, reverenciá-lo e amá-lo de todas as nossas forças? Não se glorie, diz o Senhor, o sábio na sua sabedoria e o forte na sua fortaleza, nem o rico na sua riqueza, mas nisto se glorie aquele que se gloriar: ter de mim notícia e conhecer-me,

37 Francisco de MONZÓN, *Norte de Ydiotas*. Lisboa, João Blávio de Colónia, 1563, fl.5v.^o A este propósito, cf. José Sebastião da Silva DIAS, *Correntes de sentimento religioso em Portugal*, t. I, Coimbra, 1960, 357-358. Cf. ainda Maria de Lurdes C. FERNANDES, *Francisco de Monzón, capelão e pregador de D. João III e de D. Sebastião*, in *Lusitania Sacra*, 2.^a série, 3 (1991), 50-56.

38 *Avisos Spirituales*. Lisboa, João Blávio de Colónia, 1563, Prologo, fl. 3v.^o

39 *Índices dos Livros Proibidos em Portugal no Século XVI*, ed. cit. 594 (*Catálogo dos livros que se prohibem...*, por mandado de D. Jorge de Almeida, Inquisidor Geral, Lisboa, António Ribeiro, 1581, fl.18).

40 Francisco RODRIGUES, *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*, t. I, vol. I, 331-333.

porque eu sou o Senhor, que faço a misericórdia e o juízo e a justiça na terra. Estas coisas na verdade me agradam, diz o Senhor. Por ventura há-de ser reputada mais indigente e indigna a ciência de Deus do que a dos homens, de modo que seja tida da mínima estimação? Porque não se há-de instilar na alma dos estudantes a disciplina cristã preferentemente às de Aristóteles e de Cícero nas quais ficam inchados? Acaso não é verdade que o vaso de barro uma vez acabado de encher conservará o seu odor? Por que razão pois a verdadeira ciência e amor do Deus cristão não há-de impregnar antes de tudo os adolescentes, de modo que conservem e emitam até ao fim o bom odor de Cristo? Os rudimentos cristãos porventura não devem ser ministrados com prioridade, maior largueza e superioridade do que as restantes disciplinas humanas, até seu acabamento e perfeição?»⁴¹.

Por tópicos que possam parecer, sendo então a Companhia de Jesus dominante em Coimbra, não poderemos ver aqui algumas alusões do nosso menorita a um ensino de responsabilidade jesuítica, feito por cânones de uma sensibilidade diversa da sua, e alegadamente mais fértil em forjar “letrados” e “escolásticos” presunçosos do que em incentivar piedosos teodidactas? Pelo menos, como nos foi lembrado, convém ter na devida conta que, ultrapassado o ponto álgido da «tempestade» anti-alumbrada e anti-recolhida, a renovação religiosa do fim do século XVI ganha de novo uma orientação mística⁴², não sendo de excluir que esta obra de Frei Marcos seja já expressão de um quadro que se vai perfilando...

De resto, quanto ao «amor puro de Deus», enfaticamente inculcado por Frei Marcos⁴³, mesmo que na linha de uma tradição vinda de Tauler e

41 «Sed quid, inquires, de amoris divini perfectione, virtutum excellentissimarum exercitatione, atque de forma, arteque efficiendi perfecti christiani, hominibus doctis, ac scientiarum studentibus disserere convenit? Quid his divina proponere qui humanis disciplinis se totos contulerunt, oportet? Quid adolescentibus temerè aetatem consumentibus haec conducent? Quomodo denique illustres, magnique viri praeclarissimarum scientiarum insignibus decorati, ac honoribus evecti his aures humiles, docilesque praestabunt? Prorsus indignum est ut haec a christiano homine cogitentur ne dum dicantur. Quid enim illustrius, quid praeclarior, quam scire Deum, eumque revereri, et totis viribus diligere? Non gloriatur, inquit dominus, sapiens in sapientia sua, et non gloriatur fortis in fortitudine sua, nec dives in divitiis suis, sed in hoc gloriatur qui gloriatur, scire et nosse me, quia ego sum dominus, qui facio misericordiam, et iudicium, et justitiam in terra. Haec enim placent mihi, ait dominus, An indigentior, indigniorque Dei scientia, quam hominum, ut minimae existimationis sit, reputabitur? Cur non potius christiana disciplina studentium animis instillabit, quam Aristotelis, vel Ciceronis disciplinae quibus inflati reddatur? An non quod semel imbuta testa recens servabit odorem, verum est? Cur ergo christiani adolescentes Dei vera scientia et dilectione non prius imbuetur, ut christi bonum odorem usque in finem servant atque emittant? Christiana rudimenta nunquid non priora, maiora, plurisque facienda sunt, quam caeterarum humanarum disciplinarum, etiam consumatio et perfectio?» – fl. iii-v.^o

42 José Adriano Moreira de Freitas CARVALHO, *Gertrudes de Helfta e Espanha*, Porto, 1981, 281-290.

43 «Similis itaque servi Dei intentio esse debet, quae illum similiter in omni desiderio et opere moveat, hoc est, ut in animo suo fervens desiderium sentiat, quo bonum appetat, atque operetur, quoniam Deus nos illud operari vult, et adeo sibi placet, ac si sibi opus maxime esset; et quasi obliviscamur proprium meritum, et salutem, quam per virtutes, quas appetimus, quaerimus, operamur, consecuturi sumus» – L.^o 3.^o, fl. 37.

Ruisbroeck⁴⁴, percebe-se que tal tónica – tão sensível, como o futuro demonstrará, tão surpreendentemente suscitando contra si a atenção dos adeptos mais ferventes (e menos esclarecidos?) da corrente asceticista da Companhia de Jesus –, vá a par com o desejo de alargar à mocidade escolar a oração contemplativa: pela mesma lógica pela qual esta deveria definitivamente deixar de ser uma prática reservada a um determinado estado de pessoas, também o amor de Deus por Ele próprio (independentemente do nosso mérito e da salvação por nós esperada), não deveria constituir privilégio de um restrito escol de pessoas. Não tardaria muito a discutir-se com ruído e escândalo se convidar ao puro amor o comum dos fiéis era um perigo ou uma obrigação⁴⁵. E é de qualquer modo expressivo este facto: Marcos de Lisboa deixa o seu nome inscrito entre aqueles que, antes de S. Francisco de Sales, se inclinaram claramente para o segundo termo da disjuntiva... Num capítulo do Livro 3.^o vai o nosso autor demonstrar que a doutrina do «amor puro de Deus» é para todos, porque o chamamento à perfeição é para todos⁴⁶, e num outro, imediatamente anterior, vai mesmo responder, expressamente, às reacções de perplexidade que as suas palavras podiam suscitar⁴⁷.

7. Sendo o *De Disciplina Christiana*, como se viu, fundamentalmente, uma obra de orientação espiritual para os estudantes, nela tudo conduzindo

44 José Adriano de Freitas CARVALHO, *As Crônicas da Ordem dos Frades Menores de Fr. Marcos de Lisboa ou a história de um triunfo anunciado*, in AA.VV., *Quando os frades faziam história, de Marcos de Lisboa a Simão de Vasconcelos* (direção de José Adriano de Freitas CARVALHO), Porto, 2001, 14.

45 Cf. v. g. Henri BREMOND, *Histoire littéraire du sentiment religieux en France*, t. XI, Paris, 1968, 250.

46 Cf. fls. 40-41, sob o título «Id doctrina domini docetur ad omnes aliquo modo pertinere».

47 «Ex iis, qua dicta sunt, posset quis piam interrogare cur divinae literae, quam perfectissimam continent doctrinam, saepius non hunc hominibus perfectum finem proponunt, cum aliquid praeferibunt, admonent, vel prohibent, sed potius nos poena minitantur, vel gloria oblata invitant. Ad cujus dubitationis explanationem animadvertendum est (...). Cujus rei formam et exemplum in aliquo scripturae divina loco eorum adducemus. Nisi poenitentiam egeritis, ait Dominus, omnes simul peribitis: quibus verbis Dei praeceptum minis inductum praedicatur. In minis vero bina considerari possunt, altera est poena, qua minitatio fit, altera voluntas, qua Deus peccatores minitatur, et qua Deus Opt. parens vult, ut illi serviamus et non pereamus. Quare Dei servus obedit quidem Deo poenitentiam agens, non tam ut poenam evadat, quod adhuc malorum est, quam quia voluntas Dei est et ei placet, ut poenitentiam agamus ne in poenam aeternam incurramus: unde quasi oblitus damni sui proemii, propter illam Dei voluntatem dignissimam, ut ei obediatur, opus suscipiet poenitentiae, atque ita à Sancta Scriptura motus, et ab eius minitationibus cum perfectione operatur. Omnes autem divinarum literarum et promissiones et terrores et minas hoc modo intelligi debere, ex illo primo maximoque mandato omnibus praescripto satisperspicuum est: quo praecipitur, ut Deum ex toto corde, tota anima, totisque viribus diligamus. Quod procul dubio tum fit, cum non tam ob promissionum amorem vel poenarum terrorem Deo inservimus et obedimus, quam ex vera dilectione Dei, qua ab ejus voluntate movemur et ob quam perfectissime adimplendam, promissa bona cupimus et mala formidamus» – L.^o 3.^o, fl. 30-40, sob o título «Interrogatio».

à piedade, tudo conduzindo ao doce prazer de amar a Deus e se sentir pessoalmente amado d' Ele, tudo conduzindo ao saborear e ruminar das Sagradas Letras, à oração, à contemplação (e é evidente a transposição – certamente excessiva – para o mundo dos leigos do paradigma religioso do nosso franciscano, com aparente menosprezo objectivo pelas condições específicas, reais e concretas, em que se teria depois de fazer a afirmação desses fiéis, em prol do bem comum da república), todavia nele encontramos também, enquanto obra de pedagogia, muito especialmente no Livro V, expressivo repositório de alvíres e reflexões que, não colocando qualquer tipo de perplexidade na área da espiritualidade, podem constituir útil achega sobre a situação do ensino em Portugal na época, sobretudo se conjugados com obras similares de datas próximas.

Nesse campo, a verdade é que, pelo menos nesta nossa primeira leitura, não detectamos nada a que se possa chamar extraordinário. Mas também pode ser revelador encontrarmos aquilo que esperavamos.

Neste Livro V o investimento no ensino é apresentado como o melhor investimento dos pais. A razão é simples e tradicional, e Marcos de Lisboa vai por isso, citando oportunamente Xenofonte, Platão e Aristóteles, lembrar que os únicos bens estáveis são os do espírito, pelo que nenhum jovem deve confiar nos bens de fortuna dos pais⁴⁸. Aos sete anos, e depois, na adolescência, os pais procurariam facultar os melhores mestres aos seus filhos, de modo que lhes ficasse aplanado o caminho de ingresso na universidade⁴⁹. Mas mesmo os menos capazes deveriam fazer alguns estudos para fugirem à ociosidade e preguiça⁵⁰. A cultura, antítese da «rusticitas», é vista na sua dimensão libertadora, uma vez que as «artes liberais» formam gente livre, também e especialmente do vício e do pecado⁵¹. E, continuando no mesmo registo, Marcos de Lisboa, aproveita para traçar o perfil moral do bom estudante; nada que não seja esperado: além de respeitoso com os mestres, aplicado e aproveitado, não é intemperante, não é adúlador, nem irroso, nem invejoso..., ou seja, independentemente da sua competência específica, homem equilibrado e cristão devoto. Os estudos são caminho de libertação, de santificação e de nobilitação – numa fundamentação ética de nobreza, resultante do exercício próprio das virtudes –, mas, observação importante, que conduz o estudante cristão a gloriar-se apenas no Senhor⁵².

Finalmente, neste Livro V, a Universidade é justificada como um excelente instrumento do bem comum da república. Tudo na sua actividade, mesmo

48 Fl. 54.

49 Fls. 54 e 57

50 Fl. 55.

51 Fl. 54.

52 F. 58.

os exercícios de adestramento físico ou a frequência da biblioteca – que deveria estar colocada num lugar são e arejado – tem esta lógica: preparar “quadros” que garantam o futuro da nação. Vale a pena, a este propósito, até porque a referência, sendo sempre actual, tinha certamente ressonância especial naqueles anos, transcrever um aparente “aviso”, recordado por Frei Marcos de Lisboa:

«Vera est enim illa vetustissima sententia qua dicitur Rempublicam diuturnum atque immortale esse animal, quod nunquam occidit nisi sibi ipsi vim inferat mortemque sibi consciscat»⁵³

53 Fl. 55.